

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.636.980 - MS
(2019/0369125-7)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : RUTH AROMA MARTINS
ADVOGADOS : NEIDE AROMA - MS003900
VINICIUS MAIA RODRIGUES - DF029638
AGRAVADO : FÁBIO NOGUEIRA COSTA
ADVOGADOS : FÁBIO NOGUEIRA COSTA - MS008883
ANDREI MENESES LORENZETTO - MS010974
INTERES. : MANOEL FONTES FERNANDES
INTERES. : MARCIA AROMA FERNANDES DA COSTA
INTERES. : EUNICE AROMA FERNANDES

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO POR AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DO FUNDAMENTO DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. RECONSIDERAÇÃO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. REVOGAÇÃO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. RECURSO ESPECIAL. **INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC.** AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO PRECISA E CLARA DO DISPOSITIVO VIOLADO. SÚMULA Nº 284, DO STF. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7, DO STJ. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL

DECISÃO

Da leitura da minuta do agravo de instrumento que deu origem ao presente recurso, extrai-se que RUTH AROMA MARTINS (RUTH) promoveu ação de tutela de urgência e face de EUNICE AROMA FERNANDES E ESPÓLIO DE MANOEL FONTES FERNANDES, a qual foi extinta sem julgamento do mérito, condenando-se RUTH ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa, o qual foi suspenso ante a concessão da gratuidade de justiça.

RUTH apelou da sentença, tendo o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul negado provimento ao recurso, majorando a verba honorária em 5% nos termos do art. 85, § 11 do NCPC.

Referida decisão do TJMS transitou em julgado.

FÁBIO NOGUEIRA COSTA (FÁBIO) promoveu o cumprimento de

sentença de honorários advocatícios sob a alegação de que teria havido a modificação da situação financeira de RUTH requerendo assim, o afastamento da condição suspensiva de exigibilidade, deferida no ato de concessão da gratuidade de justiça.

O juízo de primeiro grau indeferiu o pedido de cumprimento de sentença sob o fundamento de que não havia comprovação da alteração da situação financeira da agravada RUTH, não sendo a prova documental existente nos autos suficiente para revogação dos benefícios da justiça gratuita.

Não se conformando, FÁBIO interpôs agravo de instrumento contra referida decisão, o qual foi provido pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, em acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EM FACE DE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA – MEIO CORRETO – EXECUÇÃO NOS MOLDES DO ART. 98, § 3º, do CPC – TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL – DESNECESSÁRIO AÇÃO DE COBRANÇA – POSSIBILIDADE DE DEFESA ATRAVÉS DE IMPUGNAÇÃO – PROVA MÍNIMA, AO MENOS POR ORA, DA POSSIBILIDADE DA AGRAVADA FIGURAR EM DEMANDA EXECUTÓRIA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

O Código de Procedimentos em seu parágrafo terceiro, do art. 85, indica minimamente que no feito em que se condena a parte beneficiária da gratuidade esta permanece na condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência.

Relegar tal situação e exigir o ajuizamento de ação de cobrança a quem já detém título executivo contraria disposição da lei processual, que prevê a via executiva, ferindo a garantia do devido processo legal e ampla defesa.

Considerando não persistir, a princípio, a situação de insuficiência de recursos, determino o processamento do pedido de cumprimento de sentença, com a intimação da agravada para pagar o débito e, querendo, apresentar impugnação (e-STJ, fl. 395).

Inconformada, RUTH interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal apontando violação do art. 98 e seguintes do NCPC alegando que não houve alteração da sua condição financeira, persistindo sua hipossuficiência, não havendo que se falar em revogação da gratuidade de justiça concedida anteriormente.

Foram ofertadas contrarrazões (e-STJ, fls. 423/439).

Superior Tribunal de Justiça

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do TJMS inadmitiu o apelo nobre com fundamento na incidência das Súmulas 7 e 83, do STJ (e-STJ, fls. 441/444).

Seguiu-se o agravo em recurso especial que, em decisão monocrática da relatoria do Ministro Presidente do STJ, não foi conhecido, com amparo no art. 21-E, V, c/c 253, parágrafo único, I, do RISTJ, porque não teriam sido atacados os fundamentos da decisão agravada (e-STJ, fls. 476/477).

Irresignada, RUTH interpôs o presente agravo interno afirmando que, ao contrário do constou na decisão agravada, todos os fundamentos foram devidamente impugnados (e-STJ, fls. 480/489).

Impugnação apresentada (e-STJ, fls. 492/503).

Despacho do Ministro Presidente desta Corte determinando a distribuição do agravo (e-STJ, fl. 506).

É o relatório.

DECIDO.

Verifica-se no agravo em recurso especial, que RUTH impugnou devidamente os fundamentos da decisão de inadmissão do apelo nobre.

Dessa forma, **reconsidero** a decisão agravada e passo a análise do recurso especial interposto por RUTH.

Vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Verifica-se nas razões do especial, que a recorrente RUTH não indicou de forma clara e precisa quais artigos da legislação federal teriam sido efetivamente violados, não bastando mencionar que teria havido violação do art. 98 e seguintes do NCPC, pois o recurso especial é de fundamentação vinculada. Assim, incidente à hipótese, o teor da Súmula nº 284, do STF: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

Confira-se o precedente:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE. AÇÃO INDENIZATÓRIA.

CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. UTILIZAÇÃO DA FÓRMULA 'E SEGUINTE'. SÚMULA N. 284/STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211 DO STJ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DANOS MORAIS. FALTA DE COMPROVAÇÃO. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. RECURSO PROVIDO.

1. Segundo a jurisprudência do STJ, "o uso da fórmula aberta 'e seguintes' para a indicação dos artigos tidos por violados revela fundamentação deficiente, o que faz incidir a Súmula n. 284/STF. Isso porque o especial é recurso de fundamentação vinculada, não lhe sendo aplicável o brocardo iura novit curia e, portanto, ao relator, por esforço hermenêutico, não cabe extrair da argumentação qual dispositivo teria sido supostamente contrariado a fim de suprir deficiência da fundamentação recursal, cuja responsabilidade é inteiramente do recorrente" (AgInt no AREsp n. 1.411.032/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/9/2019, DJe 30/9/2019).

2. Ausente o enfrentamento da matéria pelo acórdão recorrido, inviável o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento (Súmula n. 211 do STJ).

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n.7/STJ).

4. No caso concreto, o Tribunal de origem afastou o alegado cerceamento de defesa por entender que as provas constantes nos autos são suficientes para o julgamento da lide. Modificar tal entendimento exigiria nova análise do conjunto probatório dos autos, medida inviável em recurso especial.

5. Além disso, o exame da pretensão recursal no sentido de verificar a ocorrência de danos morais indenizáveis demandaria nova análise da matéria fática, providência vedada nesta sede.

6. O conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente e a demonstração do dissídio mediante a verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados (art. 1.029, § 1º, CPC/2015).

7. Agravo interno a que se dá provimento para afastar a aplicação da Súmula n. 182/STJ e negar provimento ao agravo em recurso especial.

(AgInt no AREsp 1449307/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, j. em 09/12/2019, DJe 13/12/2019 -sem destaque no original).

Mesmo que assim não fosse, após análise do conjunto probatório, o TJMS concluiu que não persistiu a situação de hipossuficiência de RUTH, justificando a revogação do benefício para determinar o prosseguimento do cumprimento de sentença promovido por FÁBIO.

Assim, ultrapassar a conclusão a que chegou o eg. Tribunal *a quo*, demandaria nova incursão no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, pois vedado pela Súmula 7 desta Corte: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA FÍSICA. ART. 1.022 DO CPC/2015. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. HIPOSSUFICIÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. [...].

2. Na hipótese, discute-se a revogação do benefício de assistência judiciária gratuita anteriormente concedida ao autor/agravante.

3. Não subsiste a alegada ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015, pois consta do acórdão recorrido o exame de todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia.

4. O benefício da assistência judiciária gratuita pode ser pleiteado a qualquer tempo, sendo suficiente que a pessoa física declare não ter condições de arcar com as despesas processuais. Entretanto, tal presunção é relativa (art. 99, § 3º, do CPC/2015), podendo a parte contrária demonstrar a inexistência do alegado estado de hipossuficiência ou o julgador indeferir o pedido se encontrar elementos que coloquem em dúvida a condição financeira do peticionário. *Precedentes.*

5. No caso concreto, o tribunal local concluiu pela ausência de documentos demonstrativos da alegada carência financeira do autor para arcar com as despesas processuais, revogando por isso o benefício da assistência judiciária. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça o reexame das premissas de fato que levaram o tribunal de origem a tal conclusão, sob pena de usurpar a competência das instâncias ordinárias, a quem compete o amplo juízo de cognição da lide. Incidência da Súmula nº 7/STJ.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1311620/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. em 10/12/2018, DJe 14/12/2018 - sem destaque no original)

Superior Tribunal de Justiça

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator